

NOVOS TEMPOS: os 50 anos de uma revista por um marxismo nacional?

Frederico José Falcão

INTRODUÇÃO

Setembro de 1957. Um conjunto de militantes egressos das fileiras do Partido Comunista do Brasil (PCB) fundava, então, a Revista Novos Tempos. No curto espaço de tempo em que foi editada cumpriu o papel de porta-voz das idéias deste grupo, além de divulgar contribuições diversas para a reflexão sobre o movimento comunista e a conjuntura brasileira. O surgimento da Revista refletiu as motivações apontadas pelos “renovadores” (nome pelo qual ficaram conhecidos os militantes do PCB que se afastaram naquela época) para o rompimento com o Partido: falta de democracia interna, culto à personalidade de membros do Partido, erros de linha política e responsabilidades da direção partidária não assumidos por ela. Afinal, estavam vivos, à época, os reflexos da crise suscitada no movimento comunista internacional pelas denúncias contra o antigo líder máximo da União Soviética, Josip Stalin, no XX Congresso do Partido Comunista (PCUS) daquele país, em fevereiro de 1956. Procuravam, ainda, os editores de Novos Tempos, demonstrar o artificialismo da condução da política partidária, a falta de autonomia ou capacidade política da direção partidária (o chamado “núcleo dirigente”, membros do “Presidium” do Comitê Central do PCB) para apontar caminhos para os comunistas brasileiros que estivessem minimamente relacionados com a realidade do país e não uma mera tradução de orientações e formulações soviéticas. Pode-se afirmar, no entanto, que o aspecto fundamental para que se dê destaque, entre tantas outras, à existência dessa revista é o ineditismo de sua “abertura” político-ideológica. Novos Tempos se propôs a publicar (e o fez, efetivamente) artigos e materiais das mais diferentes correntes da esquerda brasileira, inclusive da própria direção do Partido e de militantes de esquerda tidos como trotskistas. Isto, em um momento em que, no PCB, vigia ainda um profundo sectarismo, refletido, por exemplo, no artigo 13 de seu estatuto, pelo qual os pecebistas eram proibidos de quaisquer contatos com quem fosse considerado trotskista, dá o tom da importância que teve a revista para a aproximação e debate dos diversos matizes do pensamento progressista no Brasil.

Para que se localize o mérito da Revista, abrir-se-á a seguir um quadro resumido da trajetória do PCB que levaria à crise partidária, ao rompimento dos “renovadores” e ao surgimento de Novos Tempos.

O PCB E A CRISE DO STALINISMO

O final da 2ª Guerra Mundial, coincidindo, no Brasil, com a crise da ditadura de Vargas, permitiu um processo de reorganização do PCB. Desde 1943, quando alguns comunistas organizaram a chamada Conferência da Mantiqueira e criaram uma nova direção partidária, cujo secretário-geral seria Luis Carlos Prestes, então na prisão, foi definida uma linha política que se alinhava com uma visão do fim da guerra baseada na União Nacional articulada com uma expectativa de manutenção da paz mundial e destruição dos restos de nazi-fascismo (VINHAS, 1982). Tal posição tomaria o caminho de uma distensão inicial com o governo Vargas (a “ordem e tranquilidade”). E, mesmo após a derrubada do ditador, com os claros indícios de emergência da guerra fria, desde o início do governo Dutra, os pecebistas se mantiveram aferrados em sua política de evitar conflitos com o poder, mesmo às custas do desarme de sua militância e da classe operária. Aproveitando tal situação, o governo Dutra, usando diversos artifícios jurídicos, colocou o PCB na ilegalidade em 1947. Logo após, o Congresso Nacional, de composição hegemonicamente conservadora, cassou os mandatos dos parlamentares comunistas. O Partido, com mais de 180 mil filiados, não oferece nenhuma reação.

O PCB partiria, então, para uma forte virada, reflexo da Guerra Fria, pela qual a conciliação cedia lugar a um discurso radical cada vez mais virulento, em um momento de esvaziamento partidário e clandestinização. O auge desta virada se deu com o documento assinado por Prestes conhecido como Manifesto de Agosto (1950), com um chamamento à luta armada e pela tomada do poder por uma Frente Democrática de Libertação Nacional (COELHO, 1980).

Os pífios resultados da “linha do Manifesto” e principalmente, a relativa distensão mundial com a morte de Stalin e o fim dos combates na Coreia abriram espaço para uma nova “adaptação” na política partidária, abandonando-se a proposta de luta armada imediata. O momento-chave desta “mudança” se dá no IV Congresso do PCB, em 1954, realizado com delegados de base escolhidos a dedo pela direção partidária, o que garantia praticamente a unanimidade a priori. As teses da direção partidária, divulgadas nos jornais do PCB em janeiro de 1954 e aprovadas no Congresso em novembro daquele ano, não sofreriam quaisquer modificações, mesmo neste período com todos os acontecimentos

que tão profundamente afetaram a História do país, em especial, o suicídio de Vargas (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1954).

Se a morte de Stalin provocara manifestações de lamento e loas ao líder soviético, as declarações críticas a ele contidas no discurso “secreto” de Kruschev, então secretário-geral do PCUS, durante o XX Congresso daquele Partido em fevereiro de 1956, caíram sobre o PCB como uma bomba (KRUSCHEV, s/d.). Quanto mais freqüentes eram os relatos sobre a veracidade do relatório secreto mais o PCB optava por divulgar em sua imprensa artigos com críticas genéricas ao culto à personalidade, aos “desvios” ocorridos na implantação do socialismo na URSS, sem se aprofundar ou assumir uma crítica mais direta ao antigo “guia genial dos povos”. Somente em outubro de 1956 a imprensa do Partido, sem consulta à direção partidária, publicaria um artigo criticando a postergação do início do debate sobre o assunto (SILVA, 06/10/1956). A partir daí, romper-se-iam as comportas, com críticas as mais diversas sendo publicadas diante de uma aturdida direção que, apenas após algum tempo, tentaria organizar a discussão de acordo com seus parâmetros e buscaria intervir, isolando politicamente os setores mais críticos. Somente em abril de 1957, esta se sentiria forte o suficiente para baixar resoluções encerrando o debate e, na prática, excluindo os recalcitrantes (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 21/04/1957).

O processo de crise interna do PCB, revelada na imprensa partidária, agravar-se-ia com a saída do dirigente Agildo Barata do Partido em meados de 1957, acompanhado por um número significativo de militantes, especialmente, muitos redatores da imprensa comunista. Os historiadores do PCB costumam dar algum destaque a Barata e ao jornal criado por ele e seus mais próximos seguidores (O Nacional), discutindo sua linha política e a disputa com a direção do Partido. Pouco ou quase nada é dito, porém, sobre o grupo que veio a fundar a Revista Novos Tempos, em setembro de 1957. Se no pensamento dos renovadores existiam profundas limitações e dificuldades de romper com a tradição de modelos de análises stalinistas, somente a existência de um instrumento de debate teórico-político aberto a diferentes concepções da construção do socialismo no Brasil já bastaria para ser considerado um marco importante dentro da história do marxismo no país. Em um momento histórico em que cresciam as contestações ao modelo tradicional do pensamento de esquerda revolucionária (o stalinismo) e surgiam tentativas de formulações alternativas,

Novos Tempos foi uma das mais importantes publicações a garantir espaço para essas novas formulações.

O ADVENTO DE NOVOS TEMPOS

A conjuntura nacional na qual o surgimento de Novos Tempos se inseriu apresentava um processo de desenvolvimento acelerado com a sistemática penetração do grande capital internacional, criando setores de ponta da economia brasileira, em especial, na área industrial. O Estado brasileiro, por seu turno, assumia um papel relevante no investimento em setores básicos da economia, como siderurgia e prospecção de recursos minerais.

Política e ideologicamente, o governo Kubitschek fazia o discurso do desenvolvimentismo, do nacionalismo, apesar de permitir a penetração maciça do capital estrangeiro sem maiores limitações à sua ação e à remessa de seus lucros para as matrizes, e da união em prol do Brasil, mantendo, porém o PCB na ilegalidade.

No campo internacional se observava uma distensão relativa nas relações entre as potências, com a formulação, por exemplo, na União Soviética de uma visão sobre a coexistência pacífica. A guerra fria estava centrada mais na disputa tecnológica e não se abria, ainda, a ferida chamada Cuba. No “campo socialista”, a crise surgida com o XX Congresso do PCUS teve seus momentos mais dramáticos nos acontecimentos da Polônia e da Hungria.

No PCB prevalecia a orientação do IV Congresso que apontava o Brasil como atrasado e dependente do imperialismo. O latifúndio e os setores associados ao imperialismo impediam o desenvolvimento e somente uma revolução agrária e antiimperialista, da qual participariam todos os setores antiimperialistas (inclusive setores do grande capital prejudicados pelo imperialismo), sob a liderança operário-camponesa, superaria o atraso. As características gerais do período stalinista são bem marcantes no Partido: grande centralização das decisões políticas nas mãos dos quadros dirigentes, baixa mobilidade vertical interna, preocupação em adaptar visões políticas externas (em especial da União Soviética) à realidade brasileira (SANTOS, 1988).

Foi contra este arremedo de política formulada pelo IV Congresso do PCB, contra a falta de posição da direção do Partido frente às acusações ao stalinismo surgidas no XX

Congresso do PCUS e contra a falta de democracia interna que surgiu, inicialmente, a dissidência (os “renovadores”) que, pouco tempo depois passaria a editar Novos Tempos.

Não seria possível, nos limites desse artigo, trabalhar com o conjunto das questões apresentadas nas páginas da Revista. Limitar-nos-emos a discutir as posições mais gerais defendidas pelos “renovadores”, algumas polêmicas nela surgidas entre eles ou com visões diversas que aparecem em suas páginas. De qualquer modo, não há como deixar de apontar a diversidade política dos artigos publicados, além de notas e convocações de ações de grupos de esquerda das mais diferentes orientações que se organizavam naquela conjuntura.

Os editores da Revista deixavam claro, logo na apresentação, em seu número de estréia (setembro de 1957), que pretendiam uma orientação marxista, porém, sem vínculo com qualquer entidade política existente. Abrindo suas páginas para diferentes visões socialistas, inclusive não marxistas, pretendiam forjar convergência de vários setores de pensamento no Brasil, além de “equacionar os termos básicos da questão nacional”. E se, de um lado, se colocavam solidariamente na luta dos povos pela liberdade e pela paz e buscavam despertar a simpatia dos brasileiros frente aos países socialistas, não pretendiam abrir mão da crítica à situação desses países.

Alguns artigos da Revista servem para balizar as análises sobre ela. Em primeiro lugar, a questão da crítica ao dogmatismo, desenvolvida no artigo *Marxismo e Dogmatismo* (MACEDO, 1957). Seu autor criticava o baixo nível de formação teórica dos comunistas, o que os deixava na condição de meros repetidores dos “clássicos” marxistas. Além disso, atacava a subordinação que se tinha ao “clássico” de um determinado momento e seu abandono posterior, sem nenhuma visão autocrítica (as citações generalizadas a Stalin e, posteriormente, a enxurrada de críticas aos seus textos, após o XX Congresso do PCUS). Apontava as indefinições políticas, os avanços e recuos do PCB, como resultado desta transformação em dogmas de análises de importantes teóricos marxistas, desarmando o Partido em sua ação prática baseada no empirismo, o que levava também a um profundo sectarismo. Apresentava, então, sua visão sobre a crise no Partido e a suspensão do debate interno, que representaria, não como era afirmado pela direção pecebista, uma necessidade de defesa da classe operária contra um revisionismo antimarxista, mas a defesa do dogma contra um outro tipo de revisionismo, criador, voltado à discussão não apriorística dos

problemas da realidade. Colocava, ao final, a importância da dúvida para a evolução do pensamento científico e meio de superação dos dogmas.

A crítica ao dogmatismo é retomada em diversos artigos da Revista. Interessa mostrar, porém, que não há, necessariamente, a mesma compreensão do tema entre todos os articulistas. Mais do que isso, há, na própria direção de Novos Tempos uma colocação muito mais próxima à do C.C. do PCB do que, no geral, a dos renovadores. Esta é a do editor da Revista, Calvino Filho, que, em resposta ao artigo de Macedo, publicada no nº 2 (outubro/novembro de 1957) apontava a citação dos “clássicos” como um dado de honestidade e humildade intelectual, não aceitando a versão apresentada por Macedo. Para Calvino existiam verdades objetivas e crer nelas não seria dogmatismo. A liberdade de crítica proposta por Macedo seria revisionismo de críticos superficiais do marxismo (CALVINO FILHO, 1957a). Na verdade, as objeções de Calvino Filho ao texto de Horácio Macedo têm por base a manutenção de uma profunda dificuldade de se romper com uma visão quase “religiosa” do marxismo. Suas colocações demonstravam o quão arraigada estava a concepção de pensar/fazer política entre os comunistas e os limites para a superação de velhas práticas. Para ele a crítica ao “mandonismo” de dirigentes do PCB e de certas deformações surgidas eram possíveis. Porém, qualquer extrapolação que pudesse mostrar que os “clássicos” não eram capazes de responder a todas as necessidades dos comunistas frente aos problemas brasileiros, que formulações de Marx podiam ser discutidas e revistas à luz das novas questões surgidas na segunda metade do século XX, definitivamente não, isto não era possível, isto era “anátoma”. Esse termo, usado por Calvino Filho, é carregado de sentido religioso, o da sujeição à excomunhão – exclusão do seu grupo! Quanto simbolismo...

Parece não ser coincidência o fato de no número 4 de Novos Tempos já não sair o nome de Calvino Filho como editor. Sua visão política, que se aprofundou em outras colaborações para a Revista, não se aproximava das colocações feitas, em geral, pelos “renovadores”, estando bem mais próximas das da criticada direção do PCB. Na verdade, seu rompimento com o PCB, à época, parece ter tido muito mais o sentido de um conflito com a direção partidária por aspectos como a falta de democracia interna do que no sentido teórico-político.

Um problema bastante discutido em artigos de Novos Tempos dizia respeito à questão nacional e apontava grandes diferenças quanto às formulações vigentes no PCB. Apesar de diversos textos nela publicados sobre o tema, o artigo *Que é a Corrente Renovadora*, saído no primeiro número da Revista (MARTINS e SALÚSTIO, 1957), corresponde à análise mais acabada do pensamento da maioria dos que participavam ativamente da publicação. Depois de apresentarem os princípios da Corrente Renovadora, bases do rompimento com o Partido, os autores afirmavam que a expansão do socialismo trazia novas contradições e que ação do stalinismo como corrente conservadora e até reacionária do movimento comunista poderia ter contribuído com o imperialismo (como no caso da Iugoslávia e da Hungria). Isto pelo fato dela ser contrária, por sectarismo, a uma atuação unitária da esquerda e do movimento operário. Neste aspecto, criticavam, também, a atuação do PCB, por desconsiderar a questão nacional ou dar a ela um conteúdo burguês que, segundo eles, esta questão, necessariamente, não teria. Para eles, havia que se dar um conteúdo socialista ao movimento nacionalista, criando um programa e dando uma direção alternativa para que os trabalhadores e setores patrióticos adquirissem influência predominante na luta nacionalista. Esta é, aliás, em geral, a posição expressa em outro artigo, *Para onde vai o governo?* (BASBAUM, 1957), no qual era defendida uma ação de massas de apoio ao nacional-desenvolvimentismo, para tirar o governo brasileiro do isolamento popular que estaria colocado, culpando a direção do PCB por este isolamento e por não ter exercido uma liderança de massas antiimperialista. Para Basbaum a responsabilidade dos comunistas brasileiros era reerguer o movimento e depurar o que sobrava do PCB.

Outra questão levantada no artigo de Martins e Salústio dizia respeito à questão do poder e como ela era esquemática e apriorística para o PCB, segundo o modelo stalinista - luta armada, insurreição, partido único, hegemonia proletária na luta, aliança operário – camponesa por decreto, regime de democracia popular e governo de libertação nacional sob a hegemonia proletária com a liderança do Partido. a proposta dos autores passava, ao contrário, pela integração do movimento de massas ao movimento nacionalista, apontando para a formação de uma frente única na qual a esquerda participaria com uma força independente a ser criada, representando os interesses da classe operária e das massas trabalhadoras naquele movimento. Admitiam a participação no governo Kubitschek sem

perder a independência, abrindo caminho para uma passagem para o socialismo sem, obrigatoriamente, o uso da violência. A frente única proposta teria um caráter revolucionário e democrático e a hegemonia proletária dar-se-ia por sua organização e ação no movimento nacionalista. A questão da revolução não deveria ser vista, segundo os autores, de forma estreita, pois seria revolucionário tudo aquilo que destruísse velhas estruturas. Neste sentido, as mudanças ocorridas no Brasil a partir de 1930, uma reforma agrária, mesmo votada no Parlamento, as transformações industriais ocorridas no país, tudo isso tinha um conteúdo revolucionário. O movimento nacionalista podia ter, também, este conteúdo desde que o proletariado se organizasse e defendesse dentro do movimento seus direitos, a maior distribuição da renda nacional, uma reforma agrária “que promova e estimule a pequena propriedade e a cooperativização no campo”, a extensão dos direitos sociais ao campo. Estas bandeiras contribuiriam para dar um conteúdo popular ao movimento e superar contradições em seu interior. Os autores defendiam a estatização e o capitalismo de Estado contra a visão de setores burgueses nacionalistas que criticavam a crescente intervenção estatal na economia.

Diversos outros artigos foram publicados em Novos Tempos defendendo a idéia de frente única e de participação no movimento nacionalista. Porém, além, de não haver unanimidade quanto a estas questões, havia visões diferenciadas do papel do movimento operário e dos comunistas para aquela conjuntura. No artigo Nossa Revolução, Eros Martins Teixeira defendia a idéia de que o Brasil era dependente dos Estados Unidos da América, sendo esta uma das causas de nosso atraso (a outra seria o latifúndio ligado ao imperialismo). Com um desenvolvimento industrial precário, setores da burguesia nacional se chocavam com o imperialismo e nesta luta tentavam dirigir o operariado e conquistar o apoio dos camponeses, que não tinham tradição de luta. A vacilação da burguesia nacional só seria superada por uma direção operária do movimento nacionalista, já que a emancipação nacional interessava ao proletariado e ao povo. Defendendo a idéia de que o caráter da revolução brasileira era agrário e antiimperialista, o autor se afasta parcialmente dos anteriormente citados ao colocar que a conjuntura internacional era favorável à revolução e à formação de uma frente popular nacionalista contra a exploração norte-americana. E rompia radicalmente com a visão defendida por Martins e Salústio ao levantar

a idéia de que seria necessário um período de lutas violentas no processo revolucionário (TEIXEIRA, 1957a e b)..

Uma análise profundamente diferente sobre a realidade brasileira aparece no artigo O Caráter Socialista da Revolução no Brasil. Nele, o articulista, que assinava Luis Alberto (era Luis Alberto Moniz Bandeira) caracterizava o Brasil como capitalista e apontava a aliança proletário-burguesa para o desenvolvimento nacional como retrocesso. A burguesia “progressista”, segundo ele, seria incompetente para cumprir seu papel no desenvolvimento e, por isso, vivia às custas do Estado para evitar a concorrência do imperialismo. Neste sentido, cabia ao proletariado aprofundar uma consciência para si com reivindicações próprias e não com slogans nacionalistas. Uma revolução no Brasil, nesse sentido, seria um grande exemplo para trabalhadores latino-americanos e, até, para os dos Estados Unidos da América. O autor colocava ainda o perigo do fracasso de movimentos nacionalistas e de alianças de classe, como havia acontecido na Bolívia na primeira metade dos anos 50, e o risco do atrelamento operário a uma ditadura de tipo bonapartista, dada sua consciência de base nacionalista, sem tradição de luta, estimulada pelo PCB e pela carta-testamento de Getúlio Vargas. A revolução, para ele, estava madura em escala mundial e a defesa do nacionalismo poderia retardá-la. A defesa de reivindicações próprias da classe operária e a realizações de greves colocavam em cheque os setores burgueses nacionalistas e seus limites, além de ultrapassar as lideranças paternalistas e chocar-se com visões de líderes partidários da esquerda, como as de Prestes em 1945. Propunha um programa transição para o socialismo com reivindicações específicas (escala móvel de salários, controle dos lucros dos patrões, central sindical, reforma agrária) preparando as transformações socialistas (ALBERTO, 1957).

Fica evidente o caráter pluralista da Revista, se abrindo inclusive a um texto de concepção claramente contrária às orientações da tradição pecebista, do kruschevismo então vigente na esquerda tradicional e mesmo às dos “renovadores” (revolução mundial, programa de transição etc). Artigos como o de Luis Alberto eram tratados, em geral, como trotskismo, com toda a gama de sectarismo que tal caracterização carregava. Nos números 3 e 5 de Novos Tempos foi publicado um violento artigo (CALVINO FILHO, 1957b e 1958), com críticas ao trotskismo, o qual foi contestado, no número 5 da Revista, pelo artigo A verdade sobre Leon Trotsky (BANDEIRA, 1958).

Outra questão dizia respeito à influência que o nacionalismo tinha sobre a esquerda brasileira de origem pecebista: o rompimento com a visão do IV Congresso levava os “renovadores” a tentarem uma política marxista adaptada à realidade brasileira, tendo, porém, permanecido nos marcos do nacionalismo burguês mais ou menos radical. Seriam acompanhados por seus críticos do PCB, principalmente após a “virada” política ocorrida no Partido em 1958. E, mesmo aqueles que, afastados da direção naquele ano como principais responsáveis por “desvios stalinistas” e que acabariam por romper com o PCB no início dos anos 60, formando o PCdoB, seguiriam, também, uma linha claramente nacionalista.

O atrelamento do movimento sindical a bandeiras de cunho nacionalista, na crença de uma ação comum com uma burguesia nacional contra o latifúndio e o imperialismo deixou o movimento desarmado ideologicamente frente ao golpe articulado, principalmente, pela direita militar e o empresariado associado ao capital internacional, poucos anos depois. A denúncia da vacilação da burguesia nacional não resolvia os problemas já que as bandeiras não mudam quando elas mudam de mãos. Concretamente, as dificuldades da época e as deficiências teórico-políticas fizeram com que o rompimento com formulações inadaptáveis à realidade política brasileira (as do IV Congresso) levasse a posições “possíveis” frente a uma conjuntura onde o nacionalismo balizava as discussões. Era, na verdade, um nacionalismo de caráter burguês, pelo qual até reivindicações tidas como radicais e fundamentais como a reforma agrária tinham como conteúdo a criação de uma camada pequeno-burguesa no campo, não levando em consideração a complexidade existente no processo de penetração capitalista no campo. Sem entrar na crítica ao radicalismo inconsistente de alguns aspectos do artigo de Luis Alberto, alertas sobre a aliança de classes naquele momento eram de grande importância. A própria proposta de frente única partia de uma ilusão quanto à capacidade de a esquerda dar a direção ao movimento operário, tendo condições de criticar as limitações e vacilações da burguesia nacional frente ao operariado. Este, ao contrário, influenciado fortemente pelo populismo permanecia nos limites ideológicos dados por este. E, mesmo quando a crise do início dos anos 60 levou a uma radicalização, o movimento popular permaneceu atrelado à esperança do apoio da burguesia nacional.

CONCLUSÃO

É certo que importantes questões foram levantadas pelos articulistas de *Novos Tempos*: a importância da revolução como processo transformador da sociedade, a necessidade de uma política solidamente enraizada na realidade brasileira, a formação de uma consciência de luta na classe operária, as questões da democracia e da hegemonia etc. Porém, muitas questões permaneceram em aberto, não por falta de formulações, mas pela dificuldade de garantir uma continuidade da discussão quando do fim da Revista. A questão do caráter da revolução, do caráter do Estado a ser construído, isto tudo foi apontado, mas o término da publicação de *Novos Tempos* em maio de 1958 (ao que tudo indica pelo afastamento de Calvino Filho e de sua propriedade sobre o título da Revista) não permitiu que as discussões fossem à frente como até então estavam acontecendo. Não foi possível, inclusive, que, organizados na Revista, os “renovadores” discutissem a Revolução Cubana que, poucos meses depois, sacudiu os meios políticos e, em particular, as esquerdas em escala mundial.

Para além das limitações políticas nas formulações apresentadas pelos “renovadores”, o importante é levar em consideração que as críticas apresentadas ao PCB e, principalmente, as propostas de se criar algo de novo no “campo” do marxismo brasileiro foram, sem dúvida, elementos básicos para o surgimento de um pluralismo de concepções e uma maior disputa teórica, política e ideológica em nossa esquerda.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Luís. O Caráter Socialista da Revolução no Brasil, em *Novos Tempos*, nº 2, Rio de Janeiro, outubro/novembro de 1957.

BANDEIRA, Moniz. A verdade sobre Leon Trotsky, em *Novos Tempos*, nº 5, Rio de Janeiro, fevereiro/março de 1958.

BASBAUM, Leôncio. Para onde vai o governo?, em *Novos Tempos*, nº 1, Rio de Janeiro, setembro de 1957.

CALVINO FILHO, Carta resposta, em *Novos Tempos*, nº 2, Rio de Janeiro, outubro/novembro de 1957.

-----, Trotsquismo - fantasma que quer materializar-se, em Novos Tempos, nº 3 e nº 5, Rio de Janeiro, dezembro de 1957 e fevereiro/março de 1958, respectivamente.

COELHO, Edgar Pecego. O manifesto de agosto de 1950 (mimeo.), Rio de Janeiro, 1980.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Sobre a unidade do Partido, em Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 21/04/1957.

KRUSCHEV, Nikita. O Discurso Secreto no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, s/local, s/data.

MACEDO, Horácio. Marxismo e Dogmatismo, em Novos Tempos, nº 1, Rio de Janeiro, setembro de 1957.

MARTINS, Evaldo & SALÚSTIO, Pedro. O que é a corrente renovadora, em Novos Tempos, Rio de Janeiro, nº 1, setembro de 1957.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Programa, em Problemas, nº 64, Rio de Janeiro, dezembro de 1954.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Sobre a unidade do Partido, em Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 21/04/1957.

SANTOS, Raimundo – A Primeira Renovação Pecebista – Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956/1957) – Oficinas de Livros, Belo Horizonte, 1988.

SILVA, João Batista de Lima e. Não se poderia adiar uma discussão que já se iniciou em todas as cabeças, em Voz Operária, Rio de Janeiro, 6/10/1956.

TEIXEIRA, Eros Martins. Nossa Revolução, em Novos Tempos, Rio de Janeiro, nºs 1 e 2, setembro de 1957 e outubro/novembro de 1957, respectivamente.

VINHAS, Moisés. O Partidão - a luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo, Hucitec, 1982.